

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Sergipe", "ESE" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2021, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 16 de março de 2022.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



Ao longo de 2021, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2021	2020	Acréscimo
Subestações - nº	33	33	0
Capacidade instalada nas subestações - MVA	785	776	9
Linhas de transmissão - km	1.331	1.336	(5)
Redes de distribuição - km	27.371	27.070	301
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	48.377	47.375	1.002
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.061	1.028	33

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Descrição	2021	2020	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	2.501,5	1.966,5	+ 27,2
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	2.371,0	1.888,1	+ 25,6
Receita Operacional Líquida	1.846,4	1.403,5	+ 31,6
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	1.715,9	1.325,1	+ 29,5
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	400,7	231,7	+ 72,9
EBITDA	470,3	298,7	+ 57,5
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	504,9	325,5	+ 55,1
Resultado Financeiro	(42,6)	(36,4)	+ 17,2
Lucro Líquido	296,4	163,5	+ 81,3
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	2.425,0	2.424,4	+ 0,0
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	119,6	350,7	- 65,9
Patrimônio Líquido	592,5	485,6	+ 22,0
Endividamento Líquido	768,4	775,8	- 1,0
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	824,0	805,8	+ 2,3
Vendas de energia a consumidores cativos - (GWh) ⁽²⁾	2.407,0	2.433,8	- 1,1
Vendas de energia a consumidores cativos + livres - (GWh) ⁽²⁾	2.897,5	2.830,5	+ 2,4
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	27,3	23,2	+ 4,2 p.p.

(1) EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia. | (2) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 745,7 GWh, crescimento de 0,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado foi influenciado principalmente pelas classes comercial +3,5% (ou 5,2 GWh), motivada pela flexibilização de restrições para clientes devido ao avanço da vacinação e classe industrial, +2,2% (ou 2,5 GWh), direcionada pela indústria de concreto. A composição do mercado no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	4T21	4T20	Var. %	12M21	12M20	Var. %
Residencial	296,0	298,7	- 0,9	1.185,3	1.160,0	+ 2,2
Industrial	119,1	116,5	+ 2,2	465,3	466,9	- 0,3
• Cativo Industrial	41,8	47,6	- 12,3	171,8	184,5	- 6,9
• Livre Industrial	77,3	68,9	+ 12,2	293,5	282,4	+ 3,9
Comercial	151,4	146,2	+ 3,5	565,4	537,3	+ 5,2
• Cativo Comercial	111,5	112,7	- 1,1	424,5	424,6	- 0,0
• Livre Comercial	39,8	33,4	+ 19,1	140,9	112,7	+ 25,0
Rural	38,3	40,9	- 6,3	129,7	121,2	+ 7,0
Outros	141,0	139,9	+ 0,8	551,8	545,0	+ 1,2
1 Vendas de energia no mercado cativo	595,7	639,4	- 6,8	2.407,0	2.433,8	- 1,1
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	150,1	102,9	+ 45,8	490,5	396,7	+ 23,6
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	745,7	742,3	+ 0,5	2.897,5	2.830,5	+ 2,4
4 Fornecimento não faturado	22,1	11,0	+ 101,6	7,4	2,6	+ 183,1
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	767,9	753,2	+ 1,9	2.904,8	2.833,1	+ 2,5

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do mercado de energia elétrica, cativo e livre, em GWh da Companhia, nos últimos cinco anos:



A Companhia encerrou esse trimestre com 824.012 unidades consumidoras cativas, número 2,3% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior, e com 132 consumidores livres.

3.2. Perdas de energia elétrica ("perdas")

O resultado da perda total na Companhia para o mês de dezembro foi de 10,16% e representa uma redução de 0,07 ponto percentual em relação ao resultado de setembro de 2021 e 0,37 ponto percentual na comparação com dezembro de 2020. O fechamento do trimestre consolida a trajetória de redução.

Últimos 12 meses									
Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	
8,01	7,66	7,57	2,52	2,57	2,58	10,53	10,23	10,16	10,66

Perdas Totais									
dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	Var.(%) ⁽¹⁾
260,7	254,9	253,6	82,0	85,5	86,5	342,7	340,4	340,1	- 0,1

(1) Variação dezembro de 2021/setembro de 2021. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O gráfico, a seguir, apresenta as perdas totais de energia elétrica, em GWh e em percentual da Companhia nos últimos cinco anos:



3.3. Gestão da Inadimplência

3.3.1. Taxa de Inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPE-CLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	dez/21	dez/20	Variação em p.p.
ESE	0,70	0,81	- 0,11

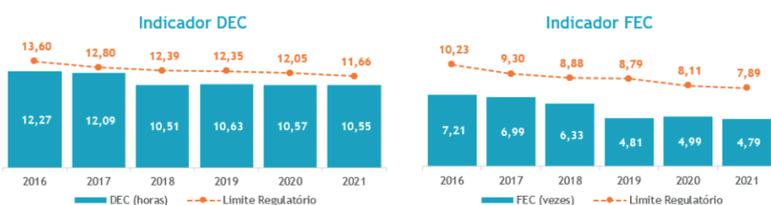
3.3.2. Taxa de Arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/21	dez/20	Variação em p.p.
ESE	98,25	97,96	+ 0,29

3.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

O indicador DEC apresentou leve redução de 0,02 horas, nos últimos 12 meses encerrados em dezembro de 2021. O FEC, por sua vez, apresentou redução de 0,20 vezes. Ambos com resultado bem inferior ao limite estabelecido pela Aneel. Nos últimos seis anos, esses indicadores apresentaram a seguinte evolução:



4. DESEMPENHO FINANCEIRO

4.1. Receita Operacional

Em 2021, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 2.371,0 milhões contra R\$ 1.888,1 milhões registrados em 2020, crescimento de 25,6% (R\$ 483,0 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou acréscimo de 29,5% (R\$ 390,9 milhões) no exercício, para R\$ 1.715,9 milhões.

A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	494,0	391,0	+ 26,4	1.740,4	1.474,7	+ 18,0
✓ Residencial	262,6	206,3	+ 27,3	939,3	786,4	+ 19,4
✓ Industrial	32,4	26,6	+ 21,9	114,6	102,3	+ 12,0
✓ Comercial	112,0	84,8	+ 32,1	375,3	319,7	+ 17,4
✓ Rural	20,6	16,0	+ 29,2	63,2	49,1	+ 28,7
✓ Outras classes	66,4	57,3	+ 15,9	248,1	217,1	+ 14,3
(+) Suprimento de energia elétrica	55,0	94,7	- 41,9	119,5	192,1	- 37,8
(+) Fornecimento não faturado líquido	22,1	6,5	+ 239,3	46,8	0,8	+ 5.652,2
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	24,6	18,0	+ 36,9	82,1	69,3	+ 18,4
(+) Receitas de construção	45,9	20,6	+ 122,7	130,5	78,5	+ 66,3
(+) Constituição e amortização (CVA)	51,5	33,1	+ 55,8	196,3	8,0	+ 2.352,0
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	28,4	29,7	- 4,3	102,5	112,7	- 9,0
(+) Atualização do ativo financeiro da concessão (VNR)	22,0	13,7	+ 60,9	60,4	21,3	+ 183,5
(+) Ultrapassagem demanda e excedentes de reativo	(4,1)	1,6	-	0,7	6,6	- 89,6
(+) Outras receitas	8,2	1,2	+ 596,5	22,3	2,7	+ 730,6
(=) Receita bruta	747,7	610,0	+ 22,6	2.501,5	1.966,5	+ 27,2
(-) Impostos sobre vendas	166,6	134,2	+ 24,1	574,8	500,6	+ 14,8
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(2,6)	(1,5)	+ 73,4	0,2	(3,1)	-
(-) Encargos setoriais	21,0	17,4	+ 21,0	80,1	65,5	+ 22,3
(=) Receita líquida	562,6	459,8	+ 22,4	1.846,4	1.403,5	+ 31,6
(-) Receitas de construção	45,9	20,6	+ 122,7	130,5	78,5	+ 66,3
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	516,7	439,2	+ 17,6	1.715,9	1.325,1	+ 29,5

Seguem algumas variações em R\$ milhões:

- i) Crescimento de 26,4% (R\$ 103,0 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T21 em relação ao 4T20 (incremento de 18,0% ou R\$ 265,7 milhões em 2021 sobre 2020);
- ii) Aumento de 60,9% (R\$ 8,3 milhões) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T21 em relação ao 4T20 (crescimento de 183,5% ou R\$ 39,1 milhões em 2021 sobre 2020);
- iii) Crescimento de 36,9% (R\$ 6,6 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) no 4T21 em relação ao 4T20 (aumento de 18,4% ou R\$ 12,8 milhões em 2021 sobre 2020); e
- iv) Redução de 41,9% (R\$ 39,7 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias no 4T21 em relação ao 4T20 (decréscimo de 37,8% ou R\$ 72,5 milhões em 2021 sobre 2020).

4.2. Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 1.315,2 milhões em 2021 e R\$ 397,6 milhões no 4T21, crescimentos de 20,3% (R\$ 221,8 milhões) e de 8,3% (R\$ 30,3 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2020. Desse total, as despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) registraram crescimento de 12,9% (R\$ 7,7 milhões), totalizando R\$ 67,3 milhões no 4T21. No exercício essas despesas totalizaram R\$ 195,6 milhões, acréscimo de 9,6% (R\$ 17,1 milhões) ante os R\$ 178,5 milhões registrados no 2020.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	318,6	294,1	+ 8,3	1.049,8	834,9	+ 25,7
1.1 Energia comprada	297,1	268,5	+ 10,7	955,0	749,5	+ 27,4
1.2 Transporte de potência elétrica	21,5	25,7	- 16,2	94,7	85,3	+ 11,0
2 Custos e Despesas controláveis	61,0	56,4	+ 8,1	191,4	189,2	+ 1,2
2.1 PMSO	67,3	59,6	+ 12,9	195,6	178,5	+ 9,6
2.1.1 Pessoal	39,3	31,8	+ 23,5	92,6	79,2	+ 16,9
2.1.2 Benefício pós-emprego	(3,5)	0,8	-	2,6	7,8	- 66,0
2.1.3 Material	4,1	3,4	+ 20,5	14,4	12,2	+ 17,9
2.1.4 Serviços de terceiros	21,1	19,3	+ 9,3	70,9	67,7	+ 4,8
2.1.5 Outras	6,2	4,2	+ 47,0	15,0	11,5	+ 29,9
• Multas e compensações	0,1	0,1	-	0,3	0,3	+ 5,8
• Contingências (liquidação de ações cíveis)	2,6	0,9	+ 175,4	5,4	3,1	+ 73,9
• Outros	3,6	3,2	+ 11,3	9,2	8,1	+ 14,0
2.2 Provisões/Reversões	(6,3)	(3,2)	+ 96,3	(4,3)	10,7	-
2.2.1 Contingências	(8,0)	(0,8)	+ 848,5	(17,1)	(1,9)	+ 808,4
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	1,7	(2,4)	-	12,8	12,5	+ 2,4
3 Demais receitas/despesas	18,0	16,8	+ 7,4	74,0	69,3	+ 6,8
3.1 Amortização e depreciação	17,7	17,1	+ 3,9	69,6	67,0	+ 3,9
3.2 Outras receitas/despesas	0,3	(0,3)	-	4,5	2,3	+ 90,0
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	397,6	367,3	+ 8,3	1.315,2	1.093,3	+ 20,3
Custo de construção	45,9	20,6	+ 122,7	130,5	78,5	+ 66,3
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	443,5	387,9	+ 14,3	1.445,6	1.171,8	+ 23,4

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

4.3. Lucro líquido e geração de caixa

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
(=) Lucro Líquido	75,2	45,7	+ 64,6	29		

O programa de investimento foi associado à melhoria da qualidade do produto e do serviço, destacando-se:

- Realização de obras para atendimento de novos consumidores e aumento de carga de clientes existentes;
- Ampliação da Subestação Curitiba 69/13,8 kV, de 6,25 MVA para 12,5 MVA;
- Aquisição de transformador reserva de 10/12,5/15 MVA;
- Obras para combate à fraude de clientes e regularização de ligações clandestinas;
- Reforma de redes em áreas de grande circulação de pessoas, bem como distanciamento de rede de empreendimentos;
- Deslocamento de uma linha de transmissão de alta-tensão (LDAT) em faixa de servidão invadida LGT-02L1;
- Obras de melhoria de rede em áreas com grande incidência de maresia;
- Investimentos no sistema de distribuição de média e alta-tensão associados à melhoria na qualidade do produto e do serviço, envolvendo interligações, construção, reformas e deslocamentos de rede e instalação de equipamentos;
- Instalação de 55 religadores de distribuição;
- Construção de um alimentador PRT-01P4;
- Adequação da derivação LDAT ITP - JDM SECC SGD - ITP.

7. DIVIDENDOS

Os seguintes resultados alcançados pela Companhia em 2021, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante de R\$ 226,5 milhões (R\$1.158,4600232725 por ação ordinária), já tendo sido pagos: (i) R\$ 42,7 milhões equivalentes a R\$ 218,3278770286 por ação ordinária, em 26 de maio; (ii) R\$ 58,8 milhões, equivalentes a R\$ 300,5522654711 por ação ordinária, a partir em 26 de agosto; (iii) R\$66,1 milhões, equivalentes a R\$338,0446450547 por ação ordinária, em 8 de dezembro.

Foi aprovado pelo Conselho da Administração, na reunião realizada em 16 de março de 2022, o pagamento de dividendo complementar, no montante de R\$ 58,9 milhões, equivalentes a R\$ 301,5352357180 por ação ordinária, que serão pagos a partir do dia 25 de março de 2022.

8. GESTÃO DE PESSOAS

As pessoas são a maior energia da Energisa e, por isso, são foco constante de ações que visam a atração, capacitação, análise de desempenho e valorização. Ao final de 2021, a Energisa Sergipe contabilizava um total de 1.151 colaboradores, sendo 898 empregados diretos e 253 parceiros contratados de terceiros.

Para maximizar a inclusão em seu quadro funcional, a Companhia tem adotado diversas ações e políticas afirmativas para valorizar a diversidade. São trabalhadas, por exemplo, as possíveis barreiras para que mulheres, pessoas negras e portadores de deficiência (PCDs) sejam incluídos e acessem às vagas. Em 2021, aderiu ao projeto Mulheres Positivas, plataforma virtual cujo objetivo é promover o desenvolvimento pessoal e profissionais de mulheres por meio de informação e serviços. O aplicativo, compartilhado por mais de 40 grandes empresas, mantém gratuitamente mais de 100 cursos de capacitação, além de ofertas de vagas para perfis variados no país todo. A atuação é pautada por um modelo de Gestão por Competências, cascateado em iniciativas para desenvolver os colaboradores em todos os níveis, de as equipes de campo a futuros líderes e liderança. Com investimentos de R\$ 409 mil, foram promovidas a média de 94,5 horas por empregado de cargos operacionais, 59,1 horas em áreas administrativas e 18,4 horas em cargos gerenciais.

A Educativa Online, plataforma que abrange o modelo de capacitação por meio de trilhas, cujo objetivo é fomentar o autodesenvolvimento dos colaboradores por meio de educação e treinamento direcionados aos negócios, permaneceu como uma das aliadas do conhecimento em 2021. Seu objetivo é fomentar o autodesenvolvimento dos colaboradores por meio de educação e treinamento direcionados aos negócios, alguns cursos foram realizados online e outros de forma presencial, especialmente as disciplinas práticas.

9. SAÚDE E SEGURANÇA

Aproximadamente 100 colaboradores da Energisa Sergipe foram atingidos por acidentes de trabalho em 2021, o que representa uma redução de 10% em relação a 2020. O maior abrangência, a Companhia revisou seus valores em 2021, dentre os quais, destaca-se: a Vida vem em primeiro lugar.

O projeto Operar Seguro é a principal iniciativa de reforço da cultura de segurança, tendo como objetivo reconhecer riscos e identificar barreiras comportamentais, bem como oportunidades de melhorias operacionais que garantam maior segurança. Em 2021, houve ações que envolveram temas como capacitações em percepção de riscos, comportamentais e Regras de Ouro, e também foi implementado o Operar Seguro Terceiro, para colaboradores contratados por fornecedores de serviços.

Há 1.028 cursos na trilha educativa para capacitação em saúde e segurança, incluindo normas regulamentadoras, sempre em linguagem acessível. Todos os empregados e contratados de terceiros passam obrigatoriamente por uma capacitação e, concluído o treinamento, o participante e seu gestor direto devem preencher um formulário de avaliação de eficácia da capacitação.

A taxa de frequência de acidentes da força de trabalho (empregados próprios mais terceiros) foi de 0,93 (6,33 em 2020) e taxa de gravidade passou de 3,00, em 2020, para 28,23. Não foram registrados óbitos de empregados nem de terceiros.

10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2021, a Energisa Sergipe destinou R\$ 2,9 milhões para iniciativas de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras. Os recursos de incentivo fiscal somaram R\$ 477 mil, destacando-se o projeto Orquestra Jovem de Sergipe, que atende 270 alunos.

Como parte do compromisso da Energisa de fomentar projetos valorizando a diversidade cultural sergipana e o desenvolvimento local, a Companhia apoia diversos projetos no estado, como a Filarmônica de Itabaiana, o Parque dos Falcões, santuário ambiental que abriga mais de 400 aves, e o Natal Iluminado. Em 2021, foi investido mais de R\$ 1 milhão em iluminação no Parque da Sementeira, no Edifício Maria Feliciane e na Praça Fausto Cardoso.

10.1 Eficiência energética

A Companhia investiu R\$ 3 milhões em 2021 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 17.398 unidades consumidoras e permitiram economizar 1.165 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante um ano aproximadamente 485 residências com consumo médio mensal de 200 kWh.

O Programa de Eficiência Energética (PEE) é apoiado pelo projeto Nossa Energia, um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas ou LED e doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado), adequação das instalações elétricas internas, e palestras sobre o uso racional da energia elétrica. Em 2021, foram substituídas 70 mil lâmpadas fluorescentes e incandescentes por lâmpadas LED 8,5 W em unidades consumidoras localizadas em comunidades de baixa renda.

Começou a operar uma Unidade Móvel Educacional para apresentação de palestras, peças teatrais e exposição de equipamentos de física, levando o conceito de sustentabilidade, eficiência energética e uso seguro da energia elétrica aos alunos da rede de ensino público e privado, comunidades de baixa renda e a população em geral. Está em construção um prédio para o Projeto Espaço Energia, na cidade de Aracaju, destinado à educação de jovens e adultos, com temas sobre sustentabilidade, inovação, energias renováveis e eficiência energética.

Já o projeto Energia em Foco beneficia órgãos públicos, incluindo iluminação urbana, e instituições de saúde. Os destaques de 2021 foram: Doação de 120 geladeiras para ampliar a capacidade de conservação de vacinas das 63 secretarias municipais de saúde dos municípios da área de concessão; Doação de condicionadores de ar e equipamentos médicos hospitalares para o Hospital Municipal Nestor Piva em Aracaju; Conclusão do projeto de eficiência da iluminação e instalação de sistemas de geração fotovoltaica em três fóruns do Tribunal de Justiça, nos municípios de Propriá, Canindé do São Francisco e Simão Dias. Foram substituídas 950 lâmpadas e instalados dois sistemas fotovoltaicos, sendo um de 15 kWp e outro de 30 kWp.

10.2 Iniciativas socioculturais

Energia do Bem: Diante de novas ondas da pandemia da Covid-19 em 2021, a Energisa manteve o apoio à sociedade por meio do Movimento Energia do Bem. Como participante do Movimento Unidos pela Vacina, contribuiu com a doação, por meio do projeto de eficiência energética, de 120 refrigeradores para Unidades Básicas de Saúde (UBS) de 63 municípios sergipanos. Os equipamentos são utilizados para a conservação local de vacinas contra a Covid-19. A iniciativa contou com o apoio do Conselho de Secretários Municipais de Saúde em Sergipe (Consems).

Várias ações dessa rede de solidariedade foram realizadas, como as doações de dois ventiladores mecânicos para o Hospital de Cirurgia, 600 máscaras N95 para o Ipesaúde e o Hospital de Cirurgia, e de mais de 700 itens (entre roupas adulto e infantil, calçados e brinquedos) para a Creche Almir do Picolé, fruto de uma campanha interna realizada pelos colaboradores da Energisa.

Além disso, a empresa contribuiu com o preparo da rede elétrica que fornece energia às estruturas dos Hospitais de Campanha de Aracaju, Lagarto e Nossa Senhora do Socorro. Realizou também uma campanha para ajudar asilos e arrecadou doações por meio de um financiamento coletivo com um diferencial: a cada real recebido, a Energisa acrescentou mais um. Alimentos, frutas e materiais de higiene foram doados para: Lar Cidade de Deus (Itabaiana), Asilo Same (Aracaju), Asilo Santo Antônio (Lagarto) e Lar Isaías Gileno Barreto (São Cristóvão) e Associação dos Pais e Amigos do Excepcionais (Apeae Aracaju).

A Companhia apoiou a criação do Parque Ecológico Poxim, com cerca de 14 mil m² de área verde, às margens do Rio Poxim, com os objetivos de preservação ambiental, lazer e bem-estar para a população, foram plantadas 2 mil mudas nativas da Mata Atlântica e, além disso, toda estrutura do parque foi erguida com materiais sustentáveis, a exemplo da madeira de eucalipto. O conceito ecológico do parque, que integra o lazer à preservação do meio ambiente, com pier de contemplação, tirolesa, arquinhó e anfiteatro, já se consolidou como opção de lazer para aracajuanos e turistas.

10.3 Iniciativas ambientais

Apoiada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, a Energisa assegura uma convivência responsável com o meio ambiente do entorno das operações, com uso racional dos recursos naturais e melhoria contínua no desempenho ambiental. A empresa conta com uma área de Meio Ambiente, responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos, e utiliza sistema de gestão elaborado com base na norma ISO 14001.

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações com o apoio de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais destacam-se:

Energia: Modernização do sistema de iluminação de 100% das subestações, substituindo lâmpadas de vapor de sódio por lâmpadas LED, alcançando 81% de economia no consumo de energia e aumentando a vida útil dos sistemas.

Emissões atmosféricas/mudanças climáticas: Inventário de gases de efeito estufa para possibilitar o planejamento da redução de emissões. Aplicação de aditivo veicular para redução do consumo e da emissão de gás CO₂ em carros movidos a diesel. Manutenção periódica nos veículos para garantir os níveis aceitáveis de emissões.

Biodiversidade: Parceria com o Parque dos Falcões para garantir a preservação e multiplicação de aves de rapina.

Água e efluentes: Reuso da água proveniente dos condicionadores de ar das subestações para descarga e limpeza da área. Além disso, foi construído um sistema de reaproveitamento da água da chuva (no prédio-sede) com capacidade de armazenamento de 10 mil litros para uso na irrigação da área verde do prédio e lavagem de veículos;

Resíduos: Coleta seletiva de materiais recicláveis (plástico, papel, papelão que são recolhidos por cooperativas), doação de madeira das paleteiras para a confecção de moradias para animais e móveis populares, realização de logística reversa de resíduos eletrônicos, baterias dos veículos da frota e pneus, destinação ambientalmente adequada de resíduos Classe I, reaproveitamento do óleo mineral usado em transformadores, reduzindo, assim, o volume de óleo a ser descartado.

11. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A remuneração total dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia em 2021 foi de R\$ 454 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Balanco Social Anual 2021

(Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo		2021			2020			6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2021			Metas 2022		
Receita líquida (RL)		1.846.371			1.403.524										
Resultado operacional (RO)		358.149			195.373				49,57						49,57
Folha de pagamento bruta (FPB)		79.138			64.676										
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL									
Alimentação	10.143	12,82%	0,55%	9.260	14,32%	0,66%									
Encargos sociais compulsórios	16.620	21,00%	0,90%	14.415	22,29%	1,03%									
Previdência privada	2.274	2,87%	0,12%	7.236	11,19%	0,52%									
Saúde	4.872	6,16%	0,26%	5.473	8,46%	0,39%									
Segurança e saúde no trabalho	2.396	3,03%	0,13%	1.858	2,87%	0,13%									
Educação	76	0,10%	0,00%	99	0,15%	0,01%									
Capacitação e desenvolvimento profissional	611	0,77%	0,03%	316	0,49%	0,02%									
Creches ou auxílio-creche	363	0,46%	0,02%	284	0,44%	0,02%									
Participação nos lucros ou resultados	14.918	18,85%	0,81%	8.711	13,47%	0,62%									
Outros	228	0,29%	0,01%	721	1,11%	0,05%									
Total - Indicadores sociais internos	52.501	66,35%	2,83%	48.372	74,79%	3,45%									
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL									
Educação	1.348	0,38%	0,07%	712	0,36%	0,05%									
Cultura	673	0,19%	0,04%	675	0,35%	0,05%									
Esporte	51	0,01%	0,00%	47	0,02%	0,00%									
Outros	870	0,24%	0,05%	367	0,19%	0,03%									
Total das contribuições para a sociedade	2.942	0,82%	0,16%	1.801	0,92%	0,13%									
Tributos (excluídos encargos sociais)	532.526	148,69%	28,84%	453.688	232,22%	32,32%									
Total - Indicadores sociais externos	535.468	149,51%	29,00%	455.489	233,14%	32,45%									
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL									
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	175	0,05%	0,01%	1.892	0,97%	0,13%									
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	134	0,07%	0,01%									
Total dos investimentos em meio ambiente	175	0,05%	0,01%	2.026	1,04%	0,14%									
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%											
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2021	2020													
Nº de empregados(as) ao final do período	898	836													
Nº de admissões durante o período	120	61													
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	253	270													
Nº de estagiários(as)	15	5													
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	112	110													
Nº de mulheres que trabalham na empresa	90	86													
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25%	8%													
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	734	680													
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	46%	44%													
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	37	37													

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	29.891	48.121	Fornecedores	17	173.997	180.176
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	89.670	302.547	Encargos de dívidas	18	21.013	14.260
Consumidores e concessionárias	6	274.164	265.198	Empréstimos e financiamentos	18	164.390	215.862
Estoques	7	4.357	3.889	Debêntures	19	60.530	33.357
Tributos a recuperar	7	142.321	38.966	Impostos e contribuições sociais	21	53.344	49.170
Instrumentos financeiros derivativos	32	4.338	74.651	Passivos financeiros setoriais	9	24.178	63.961
Ativos financeiros setoriais	9	154.694	47.387	Obrigações estimadas		9.074	7.648
Outros créditos	10	71.102	39.582	Encargos setoriais	23	24.951	16.050
Total do circulante		770.537	820.341	Instrumentos financeiros derivativos	32	10.891	-
				Benefícios pós emprego	33	11.265	9.403
				Arrendamentos Operacionais	20	393	701
				Outras contas a pagar		41.880	33.584
				Total do circulante		595.906	624.172
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores	17	14.736	14.420
Consumidores e concessionárias	6	139.577	141.143	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	234.560	230.874
Tributos a recuperar	7	149.115	270.155	Debêntures	19	511.360	498.472
Créditos tributários	12	61.383	75.978	Impostos e contribuições sociais	21	28.106	24.119
Depósitos e cauções vinculados	24	22.962	23.954	Passivos financeiros setoriais	9	32.021	32.147
Instrumentos financeiros derivativos	32	29.828	20.778	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	24	21.444	37.451
Ativos financeiros setoriais	9	74.131	20.938	Encargos setoriais	23	9.044	10.853
Ativos financeiros indenizável da concessão	13	687.821	543.617	Benefícios pós emprego	33	110.289	201.688
Outros créditos	10	69.578	79.475	Arrendamentos Operacionais	20	439	1.731
		1.234.395	1.176.038	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	22	269.622	259.668
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	13.845	(7.921)	Outros		4.893	3.170

para mensuração e controle dos mesmos. As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e de consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado do exercício, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado do exercício em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. **Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médica-hospitalar e outros benefícios pós-emprego. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outros variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximam das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de benefício definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de contribuição definida, no qual o Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médica-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo. A Companhia concede a seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), firmado em Acordo Coletivo de Trabalho. A gratificação varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, crescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data da balanço; e **w. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09 / CPC 09- Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte complementar às demonstrações financeiras. **3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board: (I) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(II) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38; IFRS 7 / CPC 40 (R1); IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referencial	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revisados frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração, incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 63 municípios no Estado de Sergipe e sua demonstração de resultado do exercício reflete essa atividade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS

5.1 Caixa e equivalentes de caixa: A carteira de aplicações financeiras é constituída por operações compromissadas e Certificado de Depósito Bancário (CDB). A rentabilidade média ponderada da carteira em 2021 equivale a 85,2% do CDI (104,0% do CDI em 2020).

Caixa e depósitos bancários à vista

	2021	2020
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	19.704	21.412
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	10.187	26.709
Compromissada	138	26.709
	10.049	—
Total de caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	29.991	48.121

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação. **5.2 Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados:** A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, CDB's, LFT, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2021 equivale a 120,8% do CDI (81,7% do CDI em 2020).

Avaliadas ao valor justo por meio do resultado

	2021	2020
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	89.670	302.547
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	711	814
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾	166	602
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	88.793	301.311
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.741	3.800
Títulos Públicos	16	311
Fundo Multimercado	—	24.915
Fundo de Renda Fixa	68	1.349
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	42.914	66.439
Letra Financeira (LFI)	14.775	60.655
Letra Financeira (LFP)	4.442	13.525
Letra Financeira (LFS)	8	—
Letra Tesouro Nacional (LTN)	—	74.277
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	129	2.949
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	24.632	49.569
	68	3.342
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante ⁽¹⁾	89.670	302.547

(1) Fundos de investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e são remunerados de 58,0% a 170,5% (17,2% a 62,6% em 2020) e média ponderada 87,2% (20,3% em 2020) do CDI. (2) Fundos de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, Fundo Multimercado, LFT, LFP, LFI, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas 107,0% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, (113,5% em 2020) do CDI Fundo FI Energias; 138,0% do CDI Fundo MAG Zona da Mata; 127,8% do CDI Fundo Cataguás (83,8% em 2020) 117,3% do CDI Fundo Zona da Mata. (3) Inclui R\$883 (R\$1.434 em 2020) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais e conselho consumidor, conforme segue:

	2021	2020
Depósito judicial credores	235	681
Conselho Consumidor	648	751
Outros	—	—
Total	883	1.434

6. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

Englobam, o fornecimento de energia elétrica futurada, não futurada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia não futurada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data do encerramento da última leitura e a data das demonstrações financeiras.

Valores correntes:	Saldo a vencer		Saldo vencidos		Total				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias		181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	PPeCLD ⁽¹⁾	2021
Residencial	33.852	—	37.293	8.296	1.884	1.998	(12.178)	71.145	61.374
Industrial	8.932	—	465	16	61	829	(829)	9.474	13.057
Comercial	24.392	—	5.974	530	358	3.441	(3.799)	30.896	40.379
Rural	4.040	—	1.573	403	251	386	(386)	6.267	6.123
Poder público	9.063	—	71	26	15	35	(35)	9.175	6.759
Iluminação pública	7.960	—	115	—	—	281	(281)	8.075	6.746
Serviço público	5.484	—	—	1	—	—	—	5.485	8.304
Fornecimento não futurado	90.228	—	—	—	—	—	—	90.228	43.405
Arrecadação Processo Classificação	2.635	—	—	—	—	—	—	2.635	411
Valores renegociados:									
Residencial	3.490	11.720	2.133	772	54	6.267	(9.694)	15.242	14.072
Industrial	703	1.794	191	54	754	1.827	(2.592)	2.051	2.448
Comercial	1.701	3.832	431	135	180	2.499	(3.369)	5.409	6.645
Rural	199	647	105	28	24	144	(311)	836	648
Poder público ⁽¹⁾	1.592	128.263	40	9	—	17	(27)	129.894	137.381
Iluminação pública	—	18	—	—	—	1	(1)	17	—
Serviço público	52	72	102	6	—	—	(6)	226	16
(-Ajuste a valor presente) ⁽²⁾	(113)	(26.465)	—	—	—	—	(26.578)	(24.265)	—
Subtotal - clientes	194.325	119.941	48.520	10.276	3.401	17.725	(33.508)	360.680	324.777
Suprimento Energia - Moeda Nacional ⁽⁴⁾	19.521	—	—	—	—	6.387	(191)	25.717	59.728
Outros ⁽³⁾	133	—	21.440	1.628	—	4.747	(604)	27.344	21.836
Total	213.979	119.941	69.960	11.904	3.401	28.859	(34.303)	413.741	406.341
Circulante	—	—	—	—	—	274.164	265.198	—	—
Não Circulante	—	—	—	—	—	139.577	141.143	—	—

(1) **Poder público** - inclui valores a receber com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, referente às contas de energia elétrica do período de janeiro/1994 a novembro/1997 no montante de R\$13.369 (valores históricos), vendidas a partir das datas de emissão. O débito da CODEVASF é objeto de ação judicial de cobrança perante a Justiça Federal do Distrito Federal. Em 19/12/2017, foi negociado acordo de pagamento do crédito que previa que a dívida renegociada totalizava em R\$100.000, com vencimento em dezembro de 2019 e dezembro de 2020, com juros calculados de acordo com as variações da taxa Selic. O referido acordo não concretizou, sendo mantida a ação judicial de cobrança. Ainda que frustrado o acordo, a Administração da Companhia tem seu entendimento de serem certas a liquidez e a exigibilidade do crédito, uma vez que, na referida ação de cobrança a CODEVASF foi condenada a pagar o valor devido em primeira e segunda instância, e não ocorreu dessa condenação. A discussão nos autos persiste unicamente pelo índice de correção aplicável a determinado período do débito, sendo certo que o Tribunal Regional Federal, em sua última decisão, limitou-se a aplicar a jurisprudência do STF e STJ proferidos no âmbito da Repercussão Geral Tema 810 e Recurso Repetitivo, sendo altamente improvável qualquer alteração nos cálculos. O pagamento do crédito se dará mediante a expedição de precatório federal, e o crédito deverá ser atualizado conforme os critérios estabelecidos no Julgamento do Tribunal. O crédito tem perspectiva de recebimento em até 8 anos, sendo o prazo de 6 anos, tempo estimado para a finalização do Processo, com a discussão exclusivamente do índice de correção, mais 1 ano para expedição do precatório e pagamento. Por se tratar da União Federal, o risco de incapacidade de pagamento é muito baixo, por ser a CODEVASF empresa pública dependente, com controle societário da União Federal. De acordo com suas Demonstrações Financeiras, 90,66% de seus recursos financeiros são provenientes da União Federal. Em 31 de dezembro de 2021 o valor a receber referente a esse crédito, com juros e correção monetária fixados no acordo do TRF, monta em R\$15.124,163 (R\$118.162 em 2020), que inclui R\$6.001 de atualização monetária, reconhecidos na receita financeira-títulos renegociados no resultado do exercício. Sobre esses créditos a Companhia constituiu provisão para ajuste a valor presente no balanço em R\$24.251 (R\$23.332 em 2020), dos quais R\$918 foram contabilizados na demonstração de resultado do exercício na rubrica de despesas financeiras - ajuste a valor presente, correspondente à diferença entre o valor estimado de 2021 deduzidos da parcela de 2020, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI + 2,5% ao ano. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das negociações. (2) **Ajuste a valor presente** - é calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI de 8,76% a.a. (1,90% a.a. em 2020). (3) **Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa** - a provisão é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração. Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2021	2020
Saldo inicial - 2020 e 2019	30.362	25.220
Provisões líquidas constituídas no exercício (*)	12.841	12.538
Baixas de contas de energia elétrica - incorríveis	(8.900)	(7.396)
Saldo final - 2021 e 2020 - Consumidores e concessionárias	34.303	30.362

(*) Do total das provisões com perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa apuradas em 2021 de R\$12.841, os principais impactos foram: reversão de R\$550 oriundo das operações realizadas com o FIDC (vide nota explicativa nº 10) realizado no primeiro trimestre de 2021 e reversão de R\$1.235 dos impactos relacionados ao COVID-19. (4) **Suprimento Energia - Moeda Nacional** - inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo da conta de suprimento energia em 2021, inclui o registro do prazo prescricional de 5 anos. As compensações realizadas no exercício foram de R\$48.156. Referem-se a créditos tributários no montante de R\$25.908 (R\$9.919 em 2020), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2021 e 2020. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

Composição do saldo da CCEE

	2021	2020
Créditos a vencer	19.521	53.532
Créditos vinculados a liminares ⁽¹⁾	6.387	6.387
Sub-total créditos CCEE ⁽²⁾	25.908	59.919
(-) Aquisição de energia no CCEE	(10.697)	(89.354)
(-) Encargos de serviços na sistema	(55.969)	(5.193)
Total débitos CCEE	(40.758)	(34.628)

a) Os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos a alterações, dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2020, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2021, incluído o registro do prazo prescricional de 5 anos. As compensações realizadas no exercício foram de R\$48.156. Referem-se a créditos tributários no montante de R\$25.908 (R\$9.919 em 2020), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2021 e 2020. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2021	2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	20.261	14.127
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	23.638	15.209
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	11.606	4.432
Contribuições ao PIS e a COFINS	10.858	10.858
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS ⁽¹⁾	224.572	262.483
Outros	550	554
Total	291.436	309.121
Circulante	142.321	38.966
Não circulante	149.115	270.155

(1) Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS - a Companhia possui créditos de PIS e de COFINS a recuperar de R\$224.523 (R\$262.483 em 2020), referente a exclusão do ICMS nas respectivas bases de cálculo, oriundos de ação transitada em julgamento. Em 2021, foram adicionados novos créditos de R\$1.760 (R\$204.557 em 2020), resultado da posição do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) realizado em 13 de maio de 2021, que manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$8.435 (R\$9.963 em 2020), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. Em 17 de junho de 2021, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/PASEP e COFINS oriundos da ação judicial transitada em julgamento em favor da Companhia que optou por recuperar os créditos tributários por meio de compensação do saldo a receber com os valores dos débitos a receber, iniciadas em junho de 2021 e que ocorrerá dentro do prazo prescricional de 5 anos. As compensações realizadas no exercício foram de R\$48.156. Referem-se a créditos tributários no montante de R\$25.908 (R\$9.919 em 2020), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2021 e 2020. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

8. REAJUSTE E REVISÕES TARIFÁRIAS

8.1 Reajuste e revisão tarifária: Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de reparar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. Em 22 de abril de 2021 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.860 e Nota Técnica nº 74/2021-SET/ANEEL, homologou o reajuste tarifário, em vigor a partir de 22 de abril de 2021, cujo impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi de aumento médio de 8,9%. A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos e neste processo a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a solididade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.387, de 17 de abril de 2018 e Nota Técnica nº 86/2018-SET/ANEEL, homologou o resultado da quarta revisão tarifária periódica da Companhia em vigor desde 22 de abril de 2018. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores

foi um aumento médio de 11,30%. **8.2 Bandeiras tarifárias:** A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias. As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE. O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por: • Bandeira Tarifária Verde; • Bandeira Tarifária Amarela; • Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; • Bandeira de escassez hídrica. A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

	Anterior R\$/Kwh (1)	Atual R\$/Kwh (2)	Variação total (2) / (1)
Verde	—	—	0%
Amarela	1,34	1,87	40%
Vermelha 1	4,17	5,97	(5)%
Vermelha 2	6,24	9,49	52%
Escassez Hídrica	—	14,20	—

(*) A ANEEL aprovou, em 30 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, que estarão em vigor a partir de 01 de julho de 2021.

Em 2021 e 2020 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2021	2020
Janeiro	Amarela	Amarela
Fevereiro	Amarela	Verde
Março	Amarela	Verde
Abril	Amarela	Verde
Mai	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde
Julho	Vermelha Patamar 2	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Escassez hídrica	Verde
Outubro	Escassez Hídrica	Verde
Novembro	Escassez Hídrica	Verde
Dezembro	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar 2

Bandeira Escassez Hídrica:

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

	Comissão aval e debêntures (Despesa financeira) (2)	Outros resultados	Saldo a pagar (fornecedores)	Saldo a pagar debêntures e aval (2)	Disponibilização do sistema de transmissão
Multi Energisa Serviços S/A (1)	(1.741)	–	–	(383)	–
Energisa Soluções S/A (1)	(1.069)	–	–	(109)	–
Energisa S/A (1)	(18.564)	(23.659)	–	(2.554)	(161.638)
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (1)	–	(116)	–	–	(9)
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (1)	–	(26)	–	–	(9)
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (1)	–	(2)	–	–	(1)
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A (1)	–	(12)	–	–	(1)
Alsol Energias Renováveis S/A (1)	(154)	–	–	–	–
Fundo de Investimentos - FIDC (5)	–	–	96	–	–
2021	(21.528)	(156)	(23.659)	96	(3.046)
2020	(19.730)	(84)	(17.693)	–	(2.403)

(1) Energisa S/A, Multi Energisa Serviços S/A e Energisa Soluções S/A - referem-se a serviços administrativos, serviços de call center e serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos, respectivamente, por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários; (2) A Companhia efetuou a 4ª, 5ª, 9ª e 10ª emissão de debêntures em modo corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 2021 o valor atualizado é de R\$161.376 (R\$122.371 em 2020). Custo do contrato de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora Energisa S/A para contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 2021 monta em R\$262 (R\$356 em 2020); (3) Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A e Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A e Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A - refere-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão; (4) Alsol Energias Renováveis S/A: refere-se a serviços de execução dos projetos de P&D; e (5) Fundo de Investimentos - FIDC - referente ao montante recebido do fundo de investimento por conta da cessão de créditos de contas de energia com consumidores e concessionárias.

	2021	2020
Remuneração dos administradores:	3.718	4.466
Remuneração Anual (6)	600	569
Remuneração da Diretoria	1.485	1.233
Outros Benefícios (6)	1.559	1.059

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2021 foi aprovado na AGO/E de 29 de abril de 2021. (b) Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida. A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativos ao mês de dezembro, foram de R\$61 e R\$2 (R\$56 e R\$2 em 2020), respectivamente. A remuneração média em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$13 (R\$12 em 2020). **Programa de Remuneração Variável (ILP):** A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S.A., até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas-chave e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. Atualmente, a Companhia possui um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

	1º programa ILP (1)	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	7.918	9.413	8.623	10.244
Data de aprovação do Conselho de Administração	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13 de maio de 2021
Data de início vesting	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14 de maio de 2021
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos
Taxa de juros livre de risco (2)	8,2%	7,7%	5,27%	6,795%
Volatilidade (3)	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$44,09
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

(1) Em 13 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foi de R\$284 representativo de 6.032 Units, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário. (2) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - D11J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - D11J2022). Para o 3º Programa: Taxa de juros = 5,27% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - D11J2023). Para o 4º Programa: Taxa de juros = 6,795% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - D11J2023); (3) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares")) para o Total Shareholder Return (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2021 para os programas 2º, 3º e 4º. Devido às características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício. Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia aprovou o valor justo das ações (Units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pró rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidos R\$476 (R\$405 em 2020) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período, na rubrica de despesas operacionais. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 acumula R\$963 (R\$595 em 2020).

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O imposto de renda e contribuição social diferidos são as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar

	2021	2020
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	96.716	110.616
Contribuição social sobre o lucro	34.818	39.822
Total	131.534	150.438
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	51.582	54.750
Contribuição social	18.569	19.740
Total	70.151	74.460
Total líquido - ativo não circulante	61.383	75.978

As diferenças temporárias são como segue:

	2021	2020
Base de cálculo	IRPJ + CSLL	IRPJ + CSLL
Provisão ajuste atuarial	277.016	94.185
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	21.444	7.291
Ajustes a valor presente	26.578	9.037
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	34.303	11.663
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	22.075	7.506
Outras adições temporárias	4.592	1.562
Marcação a mercado da dívida	857	291
Marcação a mercado - derivativo	(23.275)	(7.914)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(183.052)	(62.238)
Total - ativo não circulante	180.538	61.383

As realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

	2021	2020
Exercício		Realizações de Créditos fiscais
2022		15.309
2023		13.211
2024		12.236
2025		10.074
Após 2026		80.704
Total		131.534

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2021	2020
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	358.149	195.373
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(121.771)	(66.427)
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multas, etc)	(1.016)	(725)
Incentivos fiscais regionais - Redução IRPJ (SUDENE)	55.072	32.040
Incentivos fiscais - Pesquisa e Desenvolvimento (Lei do Bem)	3.023	1.515
Outras exclusões permanentes (2)	2.924	1.701
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(61.768)	(31.896)
Alíquota efetiva	16,25%	16,33%

(1) Em janeiro de 2019, a SUDENE aprovou o enquadramento do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais da Companhia, para o período de 01/01/2018 a 31/12/2027, através do Laudo Constitutivo nº 438/2018 - Ofício 429/2019 (SUDENE), emitido em 14 de janeiro de 2019. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE - apurados no exercício de 2021, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "Imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. (2) Refere-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocinios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006. **Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário:** A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos. Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021. A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu que a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de dezembro de 2021 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e Aneel. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em recibos operacionais no resultado do exercício como Receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$60.412 (R\$21.310 em 2020). Segue as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2021	2020
Ativo financeiro valor justo - 2020 e 2019	543.617	466.695
Adições no exercício (1)	85.115	56.622
Baixas no exercício	(1.323)	(1.010)
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (2)	60.412	21.310
Ativo financeiro valor justo - 2021 e 2020	687.821	543.617

(1) Adições no exercício: refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção. (2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual e no histórico de gastos apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. ATIVO CONTRATUAL - INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e Aneel. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em recibos operacionais no resultado do exercício como Receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$60.412 (R\$21.310 em 2020). Segue as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2021	2020
Ativo financeiro valor justo - 2020 e 2019	543.617	466.695
Adições no exercício (1)	85.115	56.622
Baixas no exercício	(1.323)	(1.010)
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (2)	60.412	21.310
Ativo financeiro valor justo - 2021 e 2020	687.821	543.617

(1) Adições no exercício: refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção. (2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual e no histórico de gastos apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

15. IMOBILIZADO

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. Por natureza, o valor do ativo imobilizado é composto da seguinte forma:

	Taxa Média de Depreciação	Saldo em 2020	Adição	Transferências (1)	Depreciação	Saldo em 2021
Imobilizado em Serviço						
Custo	–	–	–	–	–	–
Edificações, Obras Cíveis e Benefetórias	3,33%	–	–	87	–	87
Máquinas e Equipamentos	15,05%	17.255	–	1.547	–	18.802
Veículos	14,29%	100	–	–	–	100
Móveis e utensílios	6,25%	8.511	–	376	–	8.887
Total do imobilizado em serviço	23.956	25.866	–	2.010	–	27.876
Depreciação acumulada						
Máquinas e Equipamentos	(15,05%)	(13.493)	–	–	(1.015)	(14.508)
Veículos	(6,03%)	(65)	–	–	(15)	(80)
Móveis e utensílios	(6,25%)	(6.303)	–	–	(257)	(6.560)
Total Depreciação acumulada	(19.861)	(19.861)	–	–	(1.287)	(21.148)
Subtotal Imobilizado	6.005	6.005	–	2.010	(1.287)	6.728
Imobilizado em curso	1.319	1.319	2.778	(2.010)	–	2.087
Total do Imobilizado	7.323	7.323	2.778	(2.010)	(1.287)	8.814

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2019	Adição	Transfe-rências	Depreciação	Saldos em 2020
Imobilizado em Serviço						
Custo	–	–	–	–	–	–
Máquinas e Equipamentos	15,63%	15.839	–	1.416	–	17.255
Veículos	14,29%	100	–	–	–	100
Móveis e utensílios	6,25%	7.976	–	535	–	8.511
Total do imobilizado em serviço	23.915	23.915	–	1.951	–	25.866
Depreciação acumulada						
Máquinas e Equipamentos	(12,520)	(12.520)	–	–	(973)	(13.493)
Veículos	(6,033)	(65)	–	–	(14)	(80)
Móveis e utensílios	(6,033)	(6.033)	–	–	(270)	(6.303)
Total Depreciação acumulada	(18.604)	(18.604)	–	–	(1.257)	(19.861)
Subtotal Imobilizado	5.311	5.311	–	1.951	(1.257)	6.005
Imobilizado em curso	829	829	2.707	(2.218)	–	1.318
Total	6.140	6.140	2.707	(2.267)	(1.257)	7.323

16. INTANGÍVEL

	2021	2020
Intangível - contrato de concessão	256.972	264.076
Intangível - direito de uso	797	2.321
Intangível - software	9.959	7.951
Direito de concessão	129.281	153.908
Total	397.009	428.256

16.1 Intangível - contrato de concessão:

	Taxa média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2021
Intangível em Serviço						
Custo	–	957.251	37.339	(8.515)	–	986.075
Amortização Acumulada	4,04%	(611.444)	–	6.590	(53.151)	(658.005)
Subtotal	–	345.807	37.339	(1.925)	(53.151)	328.070
(-) Obrigações vinculadas à concessão em Serviço						
Custo	3,81%	246.332	1.265	–	–	247.597
Amortização Acumulada	–	(164.601)	–	–	(11.898)	(176.499)
Subtotal	81.731	1.265	–	–	(11.898)	71.098
Total	264.076	36.074	(1.925)	(41.253)	256.972	

	Taxa média de Amortização (%)	Saldos em 2019	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2020
Intangível						

19. DEBÊNTURES (NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldo em 2020		Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 2021
	em 2020	Captação						
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	386.287	-	(29.025)	(13.911)	19.372	-	-	362.733
IPCA	135.564	58.928	-	(6.820)	23.371	-	-	211.043
Gastos com captação	(3.025)	-	-	-	924	(632)	-	(2.733)
Marcação a mercado	13.003	-	-	-	-	-	(12.146)	857
Total do custo	531.829	58.928	(29.025)	(20.731)	43.667	(632)	(12.146)	571.890
Circulante	33.357	-	-	-	-	-	-	60.530
Não circulante	498.472	-	-	-	-	-	-	511.360
	Saldo em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 2020
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	138.167	275.000	(29.025)	(9.379)	11.524	-	-	386.287
IPCA	100.241	30.000	-	(5.063)	10.386	-	-	135.564
Gastos com captação	(2.098)	-	-	-	830	(1.757)	-	(3.025)
Marcação a mercado	11.662	-	-	-	-	-	-	13.003
Total do custo	247.972	305.000	(29.025)	(14.442)	22.740	(1.757)	1.341	531.829
Circulante	31.253	-	-	-	-	-	-	33.357
Não circulante	216.719	-	-	-	-	-	-	498.472

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Nº de Títulos Emitidos/circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros		Garantias (*)
	2021	2020					2021	2020	
Debêntures 4ª Emissão 1ª Série	12.150	10.968	15/06/2017 9.333 / 9.333	IPCA+5,60% a.a	Junho/2022	Final	15,66%	SG	
Debêntures 4ª Emissão 2ª Série	10.907	9.847	15/06/2017 8.376 / 8.376	IPCA+5,6601% a.a	Junho/2024	Final	15,72%	SG	
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	9.014	8.137	15/10/2017 7.126 / 7.126	IPCA+4,4885% a.a	Outubro/2022	Final	14,55%	SG	
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	1.680	1.518	15/10/2017 1.328 / 1.328	IPCA+4,7110% a.a	Outubro/2024	Final	14,77%	SG	
Debêntures 5ª Emissão 3ª Série	3.131	2.826	15/10/2017 2.472 / 2.472	IPCA+5,1074% a.a	Outubro/2027	Final	15,17%	SG	
Debêntures 5ª Emissão 4ª Série	29.526	58.298	15/10/2017 87.074 / 87.074	107,75% CDI	Outubro/2022	Anual após out/20	4,76%	SG	
Debêntures 6ª Emissão	79.191	71.491	15/09/2018 65.000 / 65.000	IPCA+5,0797% a.a	Setembro/2025	Anual após set/23	15,14%	A	
Debêntures 7ª Emissão	50.283	50.073	10/06/2019 50.000 / 50.000	CDI + 0,73% a.a	Junho/2024	Final	5,15%	A	
Debêntures 8ª Emissão	282.916	277.916	15/02/2020 275.000 / 275.000	CDI + 0,95% a.a	Fevereiro/2023	Final	5,37%	A	
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	3.920	3.528	11/10/2020 3.440 / 3.440	IPCA+4,4297% a.a	Outubro/2027	Final	14,29%	SG	
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	30.283	27.249	11/10/2020 26.560 / 26.560	IPCA+4,4774% a.a	Outubro/2030	Anual após out/28	14,53%	SG	
Debêntures 10ª Emissão	60.765	-	15/10/2021 58.928 / 58.928	IPCA+6,0872% a.a	Outubro/2021	Anual após out/29	16,15%	SG	
Custo de captação									
incorrido na contratação	(2.733)	(3.025)							
Marcação a Mercado de Dívida	857	13.003							
Total	571.890	531.829							

(*) A = Aval Energisa S/A e SG = Sem Garantia. Em 15 de outubro de 2021 a Companhia efetuou a 10ª emissão de debêntures em moeda corrente, no montante de R\$58.928 com vencimento em 15 de outubro de 2031 e remuneração de IPCA mais 6,0872% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 29 de outubro de 2021 e serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A totalidade das emissões das debêntures foram totalmente adquiridas pela controladora Energisa S/A. **Condições de covenants:** O contrato possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0x até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos: Em 2021 as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2023	300.359
2024	87.370
2025	25.546
Após 2026	97.685
Total	511.360

20. ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição. A mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, em conformidade com o CPC 06 (R2), procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela própria norma. Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode gerar distorções relacionadas na informação a ser prestada, por conta disto, a Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas Demonstrações financeiras do exercício. Bem como, a Companhia avaliou esses efeitos e concluiu quanto sua imaterialidade para as demonstrações financeiras do exercício. As obrigações de arrendamentos não estão sendo demonstradas líquidas de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS, oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica. A movimentação das obrigações por arrendamento são como segue:

Arrendamentos operacionais - Imóveis	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldo em 2020		Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldo em 2021
			Ativo	Passivo					
	5	8,89%	2.432	574	(916)	203	(1.461)	832	
Total			2.432					832	
Circulante			701					393	
Não circulante			1.731					439	

Arrendamentos operacionais - Imóveis	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldo em 2019		Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldo em 2020
			Ativo	Passivo					
	5	8,89%	1.992	967	(461)	(55)	(11)	2.432	
Total			1.992					2.432	
Circulante			621					701	
Não circulante			1.371					1.731	

Em 31 de dezembro de 2021, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2023	112
2024	83
Após 2025	244
Total	439

21. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2021	2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	61.099	46.828
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1.431	5.113
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	1.336	3.605
Contribuições ao PIS e a COFINS	10.714	8.425
Encargos sociais	3.137	2.680
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	578	447
PIS e COFINS - Sobre atualização efeitos da redução do ICMS	-	2.694
Imposto sobre Serviços - ISS	673	226
Outros	2.482	3.271
Total	81.450	73.289
Circulante	53.344	49.170
Não circulante	28.106	24.119

(*) Inclui R\$25.569 (R\$19.365 em 2020) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares, em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante (vide nota explicativa nº 6).

22. EFEITOS DA REDUÇÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS

Em 07 de março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições. Em junho de 2020 transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da Companhia. A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídicos e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME constituiu ativos de PIS e COFINS a recuperar no ativo no montante R\$224.523 e passivo de R\$269.622. Líquido de honorários devidos aos advogados, consultoria e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ainda pendentes de edição. Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data. Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição. Por consequência, decorrente do julgamento dos embargos de declaração pelo STF a Companhia efetuou os ajustes no montante de R\$1.769 em relação ao ativo e passivo contábeis e, consequentemente, nos valores que serão repassados pela Companhia aos consumidores na forma que vier a definir norma regulatória específica a ser editada pela ANEEL. O resumo dos impactos são como segue:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS (1)	224.523	-	262.483	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (2)	-	(269.622)	-	(259.668)
Total do ativo e passivo não circulante	224.523	(269.622)	262.483	(259.668)
Demonstração do resultado	2021	2020		
Receita operacional bruta				
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos	(1.760)	(204.557)		
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS - tributos a recuperar	1.760	204.557		
Resultado financeiro				
Outras Receitas financeiras				
Atualização dos Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	8.435	57.926		
Outras Despesas financeiras				
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	(8.654)	(57.926)		
Resultado apurado	(219)	-		

(1) A Companhia iniciou a compensação dos créditos em junho/2021. Até 31 de dezembro de 2021, foram compensados R\$48.156 dos tributos a pagar (2) Deduzidos de R\$3.276, referente aos custos com advogados, consultoria e tributos.

23. ENCARGOS SETORIAIS

	2021	2020
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (*)	1.569	-
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	656	598
Ministério de Minas e Energia - MME	328	299
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	2.356	716
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	14.076	13.886
Programa de Eficiência Energética - PEE	15.010	11.404
Total	33.995	26.903
Circulante	24.951	16.050
Não circulante	9.044	10.853

(*) Refere-se a quotas mensais da CDE CONTA COVID, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, conforme DESPACHO Nº 939, DE 5 DE ABRIL DE 2021 da Aneel, para amortização da operação de créditos contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE na gestão da CONTA COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020. O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic. A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modalidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

23. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e fiscal. **Perdas prováveis:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

	2021		2020	
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscal	Total
Saldos iniciais - não circulante - 2020 e 2019	27.223	10.104	124	37.451
Constituições de provisões	3.768	3.956	-	7.724
Reversões de provisões	(2.240)	(4.079)	-	(6.319)
Pagamentos realizados	(13.083)	(5.427)	-	(18.510)
Atualização monetária	1.017	81	-	1.098
Saldos finais - não circulante - 2021 e 2020	16.685	4.635	124	21.444
Depósitos e caixões vinculados (*)	-	-	-	(7.540)

(*) A Companhia possui depósitos e caixões vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$22.962 (R\$23.954 em 2020). Desse total, R\$15.422 (R\$15.668 em 2020) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perdas ser possível ou remoto.

Trabalhistas: Referem-se a reclamações trabalhistas de pedido de horas extras, complementação de adicional de periculosidade, incorporação da Participação nos Lucros, indenizações, diferença de FGTS, outras verbas contratuais/legais e ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por danos materiais, inscrição no Serasa, danos elétricos/quema de equipamentos, rede de distribuição cuja causa reflete a extensão de rede e demora no atendimento, suspensão de fornecimento indevida e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. **Perdas Possíveis:** A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, na condição de réu, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

	2021		2020	
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo inicial - 2020 e 2019	21.190	114.336	397.165	532.691
Novos processos	781	14.701	18.559	34.042
Mudança de prognósticos e valor pedido	(2.916)	(68.847)	2.085	(69.678)
Encerramento	(551)	(9.966)	-	(10.517)
Atualização monetária	2.310	5.327	16.286	23.923
Saldo final - 2021 e 2020	20.814	55.551	434.095	510.461

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis: **Trabalhistas:** As ações judiciais de natureza trabalhistas, na condição de réu, referem-se a discussões envolvendo horas extras, complementação de adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de responsabilidade subsidiária por acidente de trabalho e verbas rescisórias. **Cíveis:** Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por acidente com lesão e danos materiais/materiais, inscrição no Serasa, danos elétricos/quema de equipamentos, rede de distribuição cuja causa reflete a extensão de rede e demora no atendimento, suspensão de fornecimento indevida e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em função da Companhia ter classificado o Ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação do valor justo são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R\$60.412 (R\$21.310 em 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13. Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		29.891	29.891	48.121	48.121
Consumidores e concessionárias		413.741	413.741	406.341	406.341
Ativos financeiros setoriais		228.825	228.825	68.325	68.325
		672.457	672.457	522.787	522.787
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	89.670	89.670	302.547	302.547
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	687.821	687.821	543.617	543.617
Instrumentos financeiros derivativos	2	34.166	34.166	95.429	95.429
		811.657	811.657	941.593	941.593

PASSIVO	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		188.733	188.733	194.596	194.596
Arendamentos operacionais		991.853	996.456	992.825	998.856
Passivo financeiro setoriais		832	832	2.432	2.432
		56.199	56.199	96.108	96.108
		1.237.617	1.242.220	1.285.961	1.291.992
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	10.891	10.891	-	-
		10.891	10.891	-	-

Derivativos: O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação. A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do câmbio além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. **Hedge Accounting:** A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como hedge accounting. Em 2021 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge. Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o "hedge" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$12.146 (R\$1.341 em 2020) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. **Fair Value Option:** A Companhia optou pela designação formal de novas dívidas contratadas, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo "swap" para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("Fair Value Option") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os "swaps" quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2021, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia. Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como "Fair Value Option" foi impactado em R\$582 (R\$1.071 em 2020) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. **Incertezas:** Os valores foram estimados na data das informações financeiras intermediárias, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. **Administração financeira de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia. A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia. A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro. **Gestão de risco de capital:** O índice de endividamento no final dos exercícios são:

	2021	2020
Dívida (a)	991.853	992.825
Caixa e equivalentes de caixa	(29.891)	(48.121)
Dívida líquida	961.962	944.704
Patrimônio líquido	592.546	485.638
Índice de endividamento líquido	1,62	1,95

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19. **a) Risco de liquidez:** A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia. As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada					Total
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	173.997	-	-	-	14.736	188.733
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	11,25%	202.504	75.911	574.744	131.809	381.513
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.347	5.206	(3.945)	(13.023)	(23.275)
Total		377.848	81.117	570.799	118.786	383.389

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa. Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementados, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia. **b) Risco de crédito:** A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política. O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parêntia A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras intermediárias, são como segue:

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5,1	29.891	48.121
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5,2	89.670	302.547
Consumidores e concessionárias	6	413.741	406.341
Ativos financeiros setoriais	9	228.825	68.325
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	687.821	543.617
Instrumentos financeiros derivativos	32	34.166	95.429

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio: Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais. A Companhia não possui dívida em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2021	2020
Ativo circulante	4.338	74.651
Ativo não circulante	29.828	20.778
Passivo Circulante	10.891	-

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores das derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de "hedge" e não reflete a expectativa da Administração. A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA X ESE	9.333	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	8.376	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	7.126	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	1.328	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	2.472	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra X ESE	65.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	27.876	IPCA + 4,47%	ATI + 1,80%	11/04/2024	N.A.
BAML X ESE	3.669	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	13/10/2026	N.A.
Itaú BBA X ESE	59.006	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N.A.
JP Morgan X ESE	58.928	IPCA + 6,09%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros e taxa pré-fixada dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2021	2020		2021	2020
Dívida (Objeto de Hedge)	243.114	93.635	Taxa Pré-Fixada	(277.598)	(118.238)
			Posição Ativa	-	-
			Taxa Pré-Fixada	270.859	118.235
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	243.114	93.635	Posição Passiva	-	-
			Taxa de Juros CDI	(247.584)	(94.243)
			Posição Líquida Swap	23.275	23.992
			Posição Líquida Dívida + Swap	(154.323)	(94.246)

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2021	2020		2021	2020
Dívida designada para "Fair Value Option"	-	125.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	-	(197.071)
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	-	197.071
Swap Cambial (Derivativo)	-	-	Posição Passiva	-	-
			Taxa de Juros CDI	-	(125.634)
			Posição Líquida Swap	-	71.437
			Posição Líquida Dívida + Swap	-	(125.634)

Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que estão sendo protegido. O valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros. A marcação a Mercado (MTM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MTM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nessas cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F. **Análise de Sensibilidade:** De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado: **a) Variação das taxas de juros:** Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)		Cenário II (Deterioração de 25%)		Cenário III (Deterioração de 50%)	
			(Provável) (*)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)		
Dívida Moeda Local - IPCA	(243.114)							
Variação Líquida	-	-	(243.114)	(243.114)	(243.114)	(243.114)	(243.114)	(243.114)
Posição Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	270.859	-	270.859	270.859	270.859	270.859	270.859	270.859
Variação - Taxa de Juros	-	Alta CDI	-	-	-	-	-	-
Posição Passiva								
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(247.584)	-	(247.584)	(252.568)	(257.501)	(257.501)	(257.501)	(257.501)
Variação - CDI + TJLP	-	-	-	(4.984)	(9.917)	(9.917)	(9.917)	(9.917)
Subtotal	23.275		23.275	18.291	13.358	13.358	13.358	13.358
Total Líquido	(219.839)		(219.839)	(224.823)	(229.756)	(229.756)	(229.756)	(229.756)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada, isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida. Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)		Cenário II (Deterioração de 25%)		Cenário III (Deterioração de 50%)	
			(Provável) (*)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)		
Instrumentos financeiros ativos:								
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	99.857	Alta CDI	11.084	13.855	13.855	13.855	13.855	13.855
Instrumentos financeiros passivos:								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(522.993)	Alta CDI	(58.052)	(72.565)	(72.565)	(72.565)	(72.565)	(72.565)
	(402.745)	Alta IPCA	(40.516)	(50.645)	(50.645)	(50.645)	(50.645)	(50.645)
	(55.289)	Alta INPC	(5.617)	(7.021)	(7.021)	(7.021)	(7.021)	(7.021)
	(981.027)		(104.185)	(130.231)	(130.231)	(130.231)	(130.231)	(130.231)
Subtotal (**)	(881.170)		(93.101)	(116.376)	(116.376)	(116.376)	(116.376)	(116.376)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2022 (11,10% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2021, IPCA 10,06% e INPC 10,16% ao ano. (**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$14.038.

Gerenciamento de risco de liquidez: O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

33. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Os saldos registrados no passivo relacionados a benefício pós-emprego compõem-se de:

	Nota explicativa	2021	2020
Contrato Migração	18	82.549	94.033
Contrato de equacionamento do déficit - Planos BD-I e PS ⁽¹⁾	18 e 33.1	69.321	12.162
Provisão atuarial - Previdência	33.1	87.594	153.654
Provisão atuarial - Prêmio Aposentadoria	33.2	4.629	4.436
Provisão atuarial - Saúde	33.3	29.331	53.001
Total		273.424	317.286
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		151.870	106.195
Benefícios pós-emprego		121.554	211.091

(*) Não inclui encargos da dívida no valor de R\$7.

33.1 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: A Companhia é patrocinadora de 4 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, dois na modalidade

35. MEIO AMBIENTE (*)

Como iniciativa e compromisso com o desenvolvimento sustentável, a Energisa SE, mitiga os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas, dentre as quais merecem destaque: (1) Reabastecimento do estoque para manutenção do projeto que disponibiliza recipientes com pó absorvedor em locais estratégicos para ação imediata em caso de vazamento de óleo, inclusive são elaborados kits menores para armazenagem em viaturas. (2) Renovação das licenças ambientais das Linhas de Distribuição de Alta Tensão e Subestações da Energisa Sergipe, garantindo a adequação das instalações ao meio ambiente. (3) Instalação de reaproveitamento de água do ar-condicionado da casa de comando das subestações, gerando até 20 litros de água por dia. Esta água é utilizada nos banheiros e operações técnicas. Além da instalação do sistema de captura e reaproveitamento de água da chuva, tendo a sua capacidade máxima de armazenamento de 40 mil litros, servindo para lavagem de viaturas e manutenção do jardim do prédio da Companhia; (4) Regeneração dos óleos utilizados em equipamentos e uso do sistema, desenvolvido a partir de um projeto de P&D, que realiza a recuperação do agente adsorvente utilizado, (a bauxita) garantindo a reutilização deste material, reduzindo a geração de resíduos perigosos impregnados com óleo e evitando a poluição do meio ambiente, sem perder a qualidade do OMI regenerado; (5) Realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, analisando a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais. (6) Realização periódica de inspeção de desempenho ambiental em suas instalações, assim como elaboração de plano de melhorias ambientais e acompanhamento do seu Índice de Desempenho Ambiental (IDA). Além de capacitação de funcionários através de cursos/orientações socioambientais e participação em eventos diversos sobre questões socioambientais; (7) Continuidade no Programa de Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional e eficiente da energia elétrica, redução do desperdício e mensagens de segurança, além de proporcionar a substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e, em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder aquisitivo. Também é utilizada a Unidade Móvel da Companhia, veículo altamente preparado com equipamentos que proporcionam a realização de palestras e experiências elétricas, as quais servem para que crianças e jovens aprendam também na prática acerca dos riscos de manuseio da energia. (8) Manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, que tem importante papel na redução dos níveis de poluição atmosférica (relatório de GEE - Gás Efeito Estufa). (9) Manutenção do contrato da empresa que coleta e destina os resíduos de forma adequada, emitindo Certificados de Destinação final mensalente, além da coleta seletiva dos resíduos gerados na empresa como uma das fases da Gestão dos Resíduos Sólidos da Companhia. Os resíduos recicláveis segregados e recolhidos na empresa são doados para uma Cooperativa de Catadores do Estado - CARE, que fazem as devidas reciclagens, o que promove também a geração de renda, além de reduzir a inserção de resíduos no meio ambiente. (10) Utilização do Drone nas inspeções técnicas, otimizando vários processos, como: Verificação de invasão de faixa, identificação de danos nos equipamentos, estruturas e cabos. No exercício de 2021, os montantes gastos nos projetos acima descritos totalizaram R\$175 (R\$134 em 2020) alocados em despesas operacionais. (*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

36. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA

Em 2021 e 2020 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2021	2020
Outras transações não caixa		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	85.115	56.622
Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	60.462	21.310
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	13.408	4.545
Arrendamento mercantil - CPC 06(R2)	574	956
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	13.408	4.545
Intangível - CPC 06(R2)	574	956

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Diretores, Conselheiros e Administradores da **Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.** - Aracaju/SE

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica:** As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e, para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. Observa-se ainda, que o fluxo das transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia envolve grande volume de dados pulverizados, sendo substancialmente processados por meio de rotinas automatizadas. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Diretoria em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, mas que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento da receita, a verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador, e o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do desenho e da implementação dos controles internos chave sobre faturamento e reconhecimento de receita (ii) a análise da conciliação das informações entre os principais sistemas utilizados para registro da receita de fornecimento de energia elétrica com os saldos contábeis, a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto; (iii) a avaliação da movimentação mensal da receita faturada durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas às nossas expectativas; (iv) a comparação das receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador; (v) o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria; e (vi) análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia. Nossos exames incluíram, ainda, a realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela Diretoria para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3 e 26, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica:** Os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, conforme preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15) e, quando da sua disponibilidade para uso, são bifurcados entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência dos contratos de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 os montantes de ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relativos à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são, respectivamente, R\$13.845 mil, R\$687.821 mil, R\$256.972 mil. O custo da infraestrutura é um componente relevante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia nos termos do contrato de concessão, cujas regras de elegibilidade seguem critérios regulatórios e envolvem julgamento, estando sujeitas à revisão e homologação pelo poder concedente a cada 5 anos. Por essa razão, e em função dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura como ativo de contrato, à bifurcação da infraestrutura em operação entre ativo financeiro e ativo intangível e à sua mensuração; ii) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições e baixas ocorridas no exercício; iii) a verificação dos índices utilizados e da acurácia matemática da mensuração do valor justo do ativo indenizável da concessão; iv) a análise e correlação de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações da infraestrutura de concessão da Companhia; v) a comparação dos custos com dados históricos, orçamentários e padrões observáveis da indústria; e vi) a avaliação dos resultados da última revisão tarifária periódica e de seus efeitos nos registros contábeis da Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a infraestrutura da concessão incluídas nas notas 13, 14 e 16.1 das demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos que os saldos de ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível da concessão, bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas 13, 14 e 16.1 são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Provisões para riscos fiscais:** Conforme divulgado na nota explicativa 24, a Companhia é parte em diversos processos de natureza fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios cujo valor agregado totaliza R\$ 510.461mil em 31 de dezembro de 2021, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R\$ 434.095 mil se referem a ações de natureza tributária. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de Debêntures: Em 15 de janeiro de 2022 a Companhia efetuou a 11ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$68.000 com vencimento em 15 de julho de 2027 e remuneração de IPCA mais 5,7360% a.a., os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 11 de fevereiro de 2022, os recursos serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica, de titularidade da Emissora. **Empréstimos contratados:** Em 10 de março de 2022, a Companhia captou junto ao Banco Citibank S/A., a importância de R\$170.000 correspondente a USD33.431 dólares americanos, com remuneração de SOFR mais 1,00% a.a., com vencimento em 06 de setembro de 2023. Foi contratado swap taxa de CDI + 1,15% ao ano, retirando o risco cambial da operação ano. **Pagamento de dividendos do exercício 2021:** O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2022, aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta do lucro do exercício de 2021, no montante de R\$58.953, equivalentes a R\$ 301,535235718 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 25 de março de 2022, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2022.

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho - Presidente
Ricardo Perez Botelho - Vice-Presidente
Marcílio Marques Moreira - Conselheiro Independente
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho - Conselheiro Independente
Marcelo Silveira da Rocha - Conselheiro
Sérgio Alves de Souza - Conselheiro
Maurício Perez Botelho - Suplente

Diretoria Executiva

Roberto Carlos Pereira Currais - Diretor Presidente
Maurício Perez Botelho - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
Fernando Cezar Maia - Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia
José Marcos Chaves de Melo - Diretor de Suprimentos e Logística
Daniele Araújo Salomão Castelo - Diretora de Gestão de Pessoas
Juliano Ferraz de Paula - Diretor Técnico e Comercial
Gioreli de Sousa Filho - Diretor sem designação específica

Contador

Vicente Côrtes de Carvalho - CRC-MG 042523/0-7 “S” SE

assuntos e do ambiente tributário no Brasil. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas, quando aplicável, para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia para as causas tributárias, bem como na realização de reuniões periódicas com a Diretoria e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, assim como a leitura e avaliação das opiniões legais de especialistas externos quando aplicável. Também, obtivemos cartas de confirmação dos principais consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Diretoria. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o andamento dos processos fiscais, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação da probabilidade de perdas para fins de reconhecimento e dos julgamentos aplicados na mensuração do valor desta provisão adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2022.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - ZSP015199/0-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC - 1R093771/0-9